

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.343 - SP (2019/0103063-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : EDWARD BOEHRINGER**  
**ADVOGADO : EDWARD BOEHRINGER (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP294033**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por EDWARD BOEHRINGER, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/1988, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. PORTE DE ARMA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO QUE DEMONSTRASSE O MOTIVO DA NECESSIDADE DO PORTE. ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido é ato sujeito ao preenchimento de requisitos legais e ao juízo favorável de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
2. O apelante não comprovou minimamente acerca da sua alega necessidade, apenas informou ser atirador desportivo e que recebeu uma ameaça no ano de 1996, conforme Boletim de Ocorrência carreado às fls. 16, o que por si só não o autoriza a portar uma arma de fogo.
3. Em razão da ausência de demonstração da efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou ameaça da integridade física do impetrante, não há qualquer justificativa para que lhe seja concedido o porte de arma, à luz do Estatuto do Desarmamento.
4. Apelo desprovido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a", alega violação do art. 6º, IX, da Lei n. 10.826/2003, no que concerne à possibilidade de concessão do porte de arma, trazendo os seguintes argumentos:

Ou seja, o PORTE DE ARMA, claramente deferido aos ditos atiradores desportivos por meio da exceção à regra geral da proibição do porte estatuída no inciso IX do artigo 6º do Estatuto do Desarmamento, é uma disposição legal de uma lei federal cuja vigência está sendo negada por conta do Decreto Federal 5.123/2004 e pelas decisões judiciais ora vergastadas.

[...]

Dentro deste cenário, considerando que os atiradores desportivos são expressamente especificados como exceção à regra geral de proibição do

porte de arma no território nacional, não há que se falar em análise de conveniência ou de oportunidade por parte da Autoridade coatora, mas sim e tão somente da observância e atendimento das demais exigências especificadas no artigo 10 do Estatuto do Desarmamento.

Para os atiradores desportivos, por força do inciso IX do artigo 6º da Lei Federal 10.826/2003, afastada está a necessidade de "demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física".

[...]

De outra banda, no que concerne aos INSTRUTORES DE ARMAMENTO E TIRO credenciados pela Polícia Federal, deve ser reconhecido o fato de que a instrução de tiro é inerentemente uma atividade de risco, exatamente conforme consta da 8ª lauda do Recurso de Apelação: [...] (fls. 158/163).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c", indica dissídio jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula 211/STJ, uma vez que a questão de o Decreto n. 5.123/2004 estar ofendendo a Lei n. 10.826/2003 não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, pois “não se admite como paradigma para comprovar eventual dissídio, acórdão proferido em *habeas corpus*, mandado de segurança, recurso ordinário em *habeas corpus*, recurso ordinário em mandado de segurança e conflito de competência” (AgRg no AREsp n. 830.977/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/12/2018).

Nesse mesmo sentido: “A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à impossibilidade de acórdão proferido em sede de *habeas corpus*, mandado de segurança e recurso ordinário servir de paradigma para fins de

alegado dissídio jurisprudencial, ainda que se trate de dissídio notório, eis que os remédios constitucionais não guardam o mesmo objeto/natureza e a mesma extensão material almejados no recurso especial' (AgRg nos EREsp 998.249/RS, relator Min. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de 21/9/2012)” (AgRg no REsp n. 1.779.992/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp n. 1.776.527/PR, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 26/2/2019; AREsp n. 1.380.224/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 14/12/2018; e REsp n. 1.463.712/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 5/12/2017, DJe de 13/12/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente